

UNIGUAÇU – UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DO IGUAÇU LTDA

FACULDADE UNIGUAÇU

MEDICINA VETERINÁRIA

Seminários de Monografia II

MARIA ANTÔNIA DOMINGUES SCHWAB

**CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DAS INSTALAÇÕES DE
ABRIGOS DE ANIMAIS EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR**

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

2025

MARIA ANTÔNIA DOMINGUES SCHWAB

**CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DAS INSTALAÇÕES DE
ABRIGOS DE ANIMAIS EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para
aprovação na disciplina de Seminários de Monografia
II do curso de Medicina Veterinária da Faculdade de
Ensino Superior de São Miguel do Iguaçu

Orientadora: Priscilla Guedes Gambale

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

2025



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite remixe, adaptação e criação a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es) e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ANTÔNIA DOMINGUES SCHWAB

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DAS INSTALAÇÕES DE ABRIGOS DE ANIMAIS EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR

Trabalho de Conclusão de Curso em Medicina Veterinária apresentado, sob a orientação do professor Prof. Me. Priscilla Guedes Gambale, aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Medicina Veterinária da Faculdade UNIGUAÇU, pela seguinte banca examinadora:

Priscilla Guedes Gambale
Faculdade UNIGUAÇU

Evelyn Winter
Faculdade UNIGUAÇU

Marcos Garlini
Faculdade UNIGUAÇU

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 07 DE NOVEMBRO DE 2025

Aos animais, que, com sua pureza e lealdade, despertam em mim a esperança de um mundo mais justo e acolhedor para todos os seres.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda a minha gratidão. Foi Ele quem me deu forças nos momentos difíceis, coragem para não desistir e sabedoria para continuar mesmo quando tudo parecia distante.

Aos meus pais, Antônio e Maria, meu mais profundo e sincero agradecimento por serem a base sólida sobre a qual construí meus sonhos, oferecendo-me apoio em cada passo dado, me dando asas quando duvidei do voo e força quando o caminho parecia longo demais.

Ao meu companheiro Nayel, pela presença constante, amor e paciência em cada etapa desta jornada. Agradeço por acompanhar-me nas visitas e me auxiliar na escrita, sendo fundamental para que eu mantivesse a confiança e concluísse este trabalho.

À minha orientadora, Priscilla, que, mesmo com sua intensa rotina acadêmica, dedicou tempo, atenção e sabedoria para me guiar nesta monografia. Suas indicações e confiança foram luz em cada passo desta jornada, ajudando-me a superar dúvidas e seguir com segurança.

Às minhas amigas e companheiras desta jornada, pela amizade, apoio e incentivo a cada etapa. Vocês foram parte essencial desta conquista.

Aos defensores e voluntários, a todos que protegem, abrigam e cuidam dos animais, e que, assim como eu, são apaixonados por eles. A vocês, minha solidariedade, respeito e admiração. Que nunca lhes falem força e fé para continuarem sendo luz na vida desses seres cheios de amor.

Agradeço aos animais, que, com seus olhares puros, gestos silenciosos e afetos sinceros, ensinaram-me a sentir o mundo com o coração. Em especial, aos meus companheiros de quatro patas, que me trouxeram alívio e conforto nos momentos mais difíceis, demonstrando, mesmo sem palavras, seu amor e lealdade. São eles que lembram da importância do cuidado, do respeito e do amor incondicional, guiando meus passos e dando sentido a cada escolha que faço nesta profissão que abracei com paixão.

Obrigada à vida por tamanho pontapé inicial na carreira em que, por toda uma infância, me imaginei.

“A compaixão pelos animais está intimamente ligada a bondade de caráter, quem é cruel com os animais não pode ser um bom homem.”

ARTHUR SCHOPENHAUER

RESUMO

O abandono de animais é um problema recorrente na sociedade contemporânea, representando uma questão de saúde pública, social e ecológica. Diante dessa realidade, tornam-se indispensáveis políticas públicas voltadas ao controle populacional, acolhimento e cuidados específicos aos animais em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, os abrigos exercem papel fundamental ao oferecer um refúgio temporário, promovendo reabilitação, socialização e adoção responsável. As condições físicas e estruturais desses locais influenciam diretamente a qualidade de vida dos animais acolhidos. Assim, o presente trabalho teve como objetivo identificar e descrever as características essenciais para a promoção da saúde e do bem-estar dos animais que vivem em abrigos, ressaltando a importância de um espaço adequado e bem estruturado para garantir uma vida digna aos acolhidos. A pesquisa foi realizada em um abrigo localizado no Oeste do Paraná, que acolhe animais vítimas de abandono ou maus-tratos, oferecendo cuidados e tratamentos necessários até a adoção. O estudo baseou-se em uma abordagem de campo, com observações diretas e conversas com os responsáveis, permitindo uma descrição detalhada das condições físicas, estruturais e de manejo do abrigo. O trabalho evidenciou aspectos positivos relacionados ao bem-estar animal, bem como pontos que demandam aprimoramento. Conclui-se que as condições de infraestrutura, associadas a práticas adequadas de manejo e a uma gestão ética e comprometida, são determinantes para a qualidade de vida dos animais. A experiência observada demonstra que boas práticas de gestão e manejo, aliadas à sensibilidade e dedicação humana, garantem não apenas abrigo, mas também dignidade, cuidado e bem-estar aos animais acolhidos.

Palavras chave: abandono animal; adoção; bem-estar animal.

ABSTRACT

The abandonment of animals is a recurring problem in contemporary society, representing a public health, social, and ecological issue. In view of this reality, public policies aimed at population control, sheltering, and specific care for animals in vulnerable situations become essential. In this context, shelters play a fundamental role by providing temporary refuge, promoting rehabilitation, socialization, and responsible adoption. The physical and structural conditions of these places directly influence the quality of life of sheltered animals. Thus, the present study aimed to identify and describe the essential characteristics for promoting the health and well-being of animals living in shelters, emphasizing the importance of an adequate and well-structured environment to ensure a dignified life for the residents. The research was conducted in a shelter located in western Paraná, which receives animals that are victims of abandonment or mistreatment, providing necessary care and treatment until adoption. The study was based on a field approach, with direct observations and conversations with those responsible, allowing a detailed description of the shelter's physical, structural, and management conditions. The work highlighted positive aspects related to animal welfare, as well as points that require improvement. It is concluded that infrastructure conditions, combined with appropriate management practices and ethical, committed administration, are crucial to the animals' quality of life. The observed experience demonstrates that good management and handling practices, allied with human sensitivity and dedication, ensure not only shelter but also dignity, care, and well-being for the animals.

Keywords: animal abandonment; adoption; animal welfare.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dados de animais abandonados.....	16
Figura 2 – Estimativa do crescimento populacional anual.....	18
Figura 3 – Espaço externo do abrigo.....	25
Figura 4 – Recinto principal do abrigo.....	28
Figura 5 – Detalhe das baias do abrigo evidenciando a estrutura e divisórias.....	29
Figura 6 – Recinto destinado à adaptação de animais recém-chegados.....	29
Figura 7 – Recinto destinado a cães de grande porte.....	30
Figura 8 – Espaço destinado ao uso noturno.....	30
Figura 9 – Recinto destinado a cadelas gestantes e suas ninhadas.....	31
Figura 10 – Enriquecimentos fornecidos aos animais.....	32
Figura 11 – Espaço de armazenamento dos sacos de ração dos cães.....	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bem-estar animal, cinco liberdades.....	21
--	----

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS.....	9
1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 JUSTIFICATIVA.....	15
4 REVISÃO DE LITERATURA	16
4.1 ABANDONO ANIMAL.....	16
4.1.1 CAUSAS DO ABANDONO	17
4.2 DESCONTROLE POPULACIONAL	17
4.3 ABRIGOS PARA ANIMAIS	19
4.4 INSTALAÇÕES DO SABRIGOS.....	21
4.4.1 Estrutura das instalações	21
4.4.2 Medidas referentes às instalações	22
4.5 SENCIÊNCIA ANIMAL	23
4.6 GESTÃO DE ABRIGOS.....	24
5 METODOLOGIA	25
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
6.1 EQUIPE.....	27
6.2 RECINTOS.....	28
6.3 BEM-ESTAR E MANEJO.....	31
6.3.1 Enriquecimento ambiental	32
6.3.2 Manejo alimentar	33
6.3.3 Separação de animais sadios e doentes.....	34
6.3.4 Esterilização cirúrgica.....	35
6.4 MANEJO SANITÁRIO	35
6.5 ACOLHIMENTO E DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS	36
6.5.1 ACOLHIMENTO E ENTRADA DOS ABRIGADOS.....	36
6.5.2 ADOÇÃO, DESTINAÇÃO E SAÍDA DOS ANIMAIS	37

6.6 GESTÃO E LEGALIDADE	38
7 CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICES	45

1 INTRODUÇÃO

A relação homem-animal é simbiótica desde que se iniciou a urbanização e a domesticação, com usos específicos das espécies para trabalho, companhia e até mesmo relações mais afetuosas com os denominados “pets”, que em muitos casos passaram a ser considerados membros da família (Canatto *et al.*, 2012). Essa relação causa implicações no convívio diário de ambos, trazendo benefícios de conforto emocional com o afeto e a companhia, mas, por outro ângulo, representando certos riscos à saúde pública, quando não bem cuidados no seu manejo higiênico e sanitário (Grisolio *et al.*, 2017). Assim como muitos animais são bem cuidados por seus tutores, outros são simplesmente descartados como mercadorias sem valor.

Infelizmente, o abandono de animais é um fator frequente na sociedade atual, o grande número de animais nas ruas acabou se tornando uma questão de saúde pública, social e ecológica. Para Alves *et al.*, (2013), entre as principais causas de abandono animal podem ser mencionadas: os problemas comportamentais dos animais, a falta de espaço nas moradias, o estilo de vida dos proprietários e a falta de informação sobre as responsabilidades e os custos gerados pela guarda de animais.

Diante do elevado número de animais abandonados, a elevada dinâmica reprodutiva da espécie favorece a expansão das populações errantes, frequentemente associada a condições de vida inadequadas, problema este que possui uma solução a longo prazo, sendo necessário a colaboração da sociedade. Baseando-se nisso é notável que são essenciais políticas públicas com ações efetivas de controle populacional, acolhimento e cuidados específicos (Bispo *et al.*, 2017). Diante dessa realidade, os abrigos públicos e privados passam a desempenhar um papel fundamental, pois constituem espaços estruturados para receber esses animais e oferecer suporte adequado. Segundo Souza (2016), os abrigos objetivam ser um refúgio seguro para os animais e funcionar como local de passagem, buscando reabilitá-los, ressocializá-los e reintroduzi-los na sociedade por meio da adoção.

Os abrigos podem ser de responsabilidade privada, governamental ou não governamental (ONG), ou até mesmo mista. Para que ambos realizem seu papel de forma apta, é necessário que se adequem e atentem aos indicadores de bem-estar animal, o BEA, um conceito que se refere ao estado de um animal e ao quanto ele está sendo tratado com dignidade, respeito e cuidado, envolvendo a compreensão das necessidades físicas e comportamentais dos animais. Diante de todas as

dificuldades, o grande desafio dos abrigos é garantir bons níveis de bem-estar aos animais e cuidar de suas necessidades individualmente, sem perder o foco no grupo.

Assuntos relacionados ao abandono tem uma conotação bastante atual e, sendo assim, necessita do debate e principalmente da conscientização por parte da sociedade no que tange a possuir animais em seus lares, sendo esta protagonista no processo de denúncia, quando testemunhar tais situações (Broom, Fraser, 2007). Portanto, mediante o que foi exposto, o presente trabalho pretende verificar as características essenciais para promover saúde e bem-estar dos animais que convivem em um abrigo no oeste do Paraná, buscando-se descrever a necessidade e a importância de um centro de apoio adequado à causa animal para proporcionar a eles condições de uma vida digna.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as características essenciais de um abrigo de animais, localizado no Oeste do Paraná, identificando de que forma essas condições atendem às recomendações técnicas e legais relacionadas ao bem-estar animal.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Avaliar as condições das instalações do abrigo.
- b) Investigar a influência das características do local na saúde física e comportamental dos animais abrigados.
- c) Propor melhorias e recomendações para o planejamento e construção de abrigos com base nos dados deste estudo.

3 JUSTIFICATIVA

O número crescente de animais em situação de abandono é um problema que afeta diretamente o bem-estar e a saúde pública. Diante disso, os abrigos possuem um importante papel na gestão desta situação, oferecendo cuidados e a proteção necessária.

As condições físicas e estruturais dos abrigos influenciam diretamente a qualidade de vida dos animais abrigados. Um conceito moderno de abrigo é aquele que prevê, em sua construção e em seu funcionamento, além do atendimento às necessidades alimentares, de higiene e de saúde, o fornecimento de um ambiente que também atenda às necessidades psicológicas, sociais e comportamentais dos animais, propiciando-lhes riqueza de estimulação, afeto e interação (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010).

Dito isso, investigar as características relevantes das instalações de abrigos de animais é fundamental para identificar padrões e melhores práticas que possam ser aplicadas para um funcionamento dos mesmos, a fim de melhorar a qualidade de vida dos abrigados.

4 REVISÃO DE LITERATURA

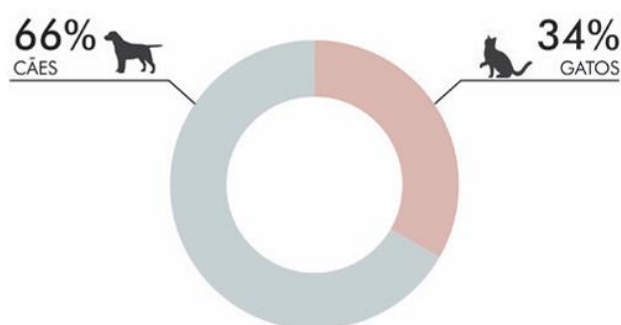
4.1 ABANDONO ANIMAL

O abandono de animais, principalmente de cães e gatos é algo frequente em nossa região, ação a qual acaba gerando consequências, sendo considerado uma ameaça potencial nas áreas de saúde pública (devido às zoonoses), social (desconforto com relação ao comportamento animal), ecológico (principalmente, no que se refere ao impacto ambiental) e econômico (custos com a estratégia de controle populacional) (Alves *et al.*, 2013).

Além disso, o abandono animal tem um forte impacto sobre o bem-estar animal. Mesmo que haja certas evidências de que, em algumas circunstâncias, como quando os cães de rua têm acesso regular a alimento, água, áreas de abrigo e convivem em grupos estáveis, o bem-estar desses animais possa ser considerado aceitável, a realidade mais frequentemente observada é oposta. Na maior parte dos casos, os cães vivem em condições que comprometem tanto a saúde física quanto a mental, agravadas pela maior suscetibilidade ao sofrimento e pela constante exposição a maus-tratos (Stafford, 2007).

De acordo com os últimos números divulgados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 30 milhões de animais estão abandonados só no Brasil. São aproximadamente 10 milhões de gatos e 20 milhões de cachorros (Alves, 2013). Na figura 1, pode-se observar uma ilustração representando a porcentagem de cães e gatos em situação de abandono (Figura 1).

Figura 1 – Dados de animais abandonados.



Fonte: Organização Mundial da Saúde (OMS), Joana Reckziegel Ouriques 2018.

No Brasil, de acordo com a Lei Federal de Crimes Ambientais, nº9.605/98, é considerado crime todo tipo de maltrato e abandono de animais e com a sanção da Lei Federal nº14.064/20, houve um aumento de pena, com reclusão de dois a cinco anos, multa e proibição da guarda. O Conselho Federal de Medicina Veterinária, por meio da Resolução CFMV nº1.236/18, Art. 2, II, define como maus tratos qualquer ato direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais.

4.1.1 Causas do abandono

A Fundação My Affinity (2010) analisou, por meio de um estudo, que os principais motivos do abandono de cães são ninhadas indesejadas (14%), mudança de casa (13,7%), fatores econômicos (13,2%), perda de interesse pelo animal (11,2%) e problemas comportamentais (11%), trazendo ainda como motivo alergias em membros da família (7,7%), nascimento de um filho (6,4%), internação ou morte do tutor (3,5%) e férias (2,6%). De forma semelhante, Alves *et al.* (2013) e Oliveira *et al.* (2016) reforçam esses achados ao destacarem que o estilo de vida dos proprietários, a falta de informação sobre as responsabilidades e custos da guarda responsável, a adoção não premeditada, dificuldades de adaptação ao novo ambiente e ninhadas não desejadas também contribuem significativamente para o abandono.

4.2 DESCONTROLE POPULACIONAL

Segundo Arruda *et al.*, (2019), o descontrole da população de cães e gatos gera de certa forma, considerado como um problema dentro da sociedade, por ser um risco de zoonoses, além do sofrimento animal que acaba sendo um dos principais resultados do descontrole. Um fator que pode ser considerado contribuinte para o aumento do descontrole populacional, é a reprodução entre os mesmos, tanto em animais em situação de rua ou até mesmo animais com tutores que não possuem preocupação com possíveis cruzas indesejadas.

De acordo com Ouriques (2018), se nos basearmos em estimativas, uma gata pode ter até 12 filhotes em um período de um ano e uma cadela pode ter até 16 filhotes. Se considerarmos que os filhotes tenham a mesma quantidade de crias anualmente, isso irá gerar um aumento populacional significativo e desordenado.

Conforme Figura 2, pode-se ter uma noção em relação ao crescimento populacional em um período de seis anos:

Figura 2 – Estimativa do crescimento populacional anual.



Fonte: SOS Bichos de Rua, Joana Reckziegel Ouriques, 2018.

A falta de um planejamento, pelas pessoas, desorientados sob os princípios da guarda responsável, acarreta vários fatores como a compra de animais, pelo mero impulso de consumir, situação esta estimulada por muitos comerciantes que, desejosos em maximizar seus lucros, os expõe, sob precárias condições, em vitrines e gaiolas para que consumidores mais impulsivos se sintam seduzidos por aquela “mercadoria” ou “objeto descartável”. Essa relação de consumo geralmente não desperta o vínculo afetivo que deve nortear a relação entre homem e animal, fazendo com que as pessoas acabem descartando seus “animais de estimação”, por ficarem desinteressantes depois da empolgação inicial (Santana, 2006). Para que haja um controle populacional de qualidade e a redução da população de animais nas ruas, é necessária a conscientização e aplicação de meios de controle eficazes dentro da sociedade.

Segundo Santana (2006), a solução para o problema tanto da superpopulação quanto do abandono parte da adoção do método humanitário pelo Poder Público, caso anseie por reduzir, senão eliminar esses problemas. O método humanitário consiste na realização de amplas campanhas de educação para a posse responsável, além da promulgação de instrumentos legais que possam efetivar a proteção à fauna, específicos à posse responsável, além da implementação de um amplo programa de vacinação, esterilização dos animais errantes e mesmo daqueles cujos guardiões não desejem ou não possam abrigar mais crias, além de se efetuar o recolhimento visando, também, a adoção e tratamento médico-veterinário.

4.3 ABRIGOS PARA ANIMAIS

Um abrigo é um local onde são acolhidos um número considerável de animais, resgatados principalmente das ruas ou em situações de maus tratos, possuindo um papel de extrema importância na sociedade. De acordo com o CRMV (2016), existem três objetivos principais para os abrigos de animais, sendo eles: ser um reduto seguro contando com uma captura seletiva; ser um refúgio temporário para os animais recolhidos, visando que estes sejam realocados em lares definitivos e, por fim, constituir-se em uma sede que seja referência de cuidado, controle e bem-estar para os animais.

Segundo o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (2010), as necessidades básicas do bem-estar animal dentro de um abrigo, se dividem em cinco categorias as quais podem ser atingidas das seguintes formas:

- Fisiológicas e sensoriais: fornecendo água fresca e uma dieta balanceada que mantenha os animais saudáveis e vigorosos; garantindo a prevenção, rápido diagnóstico e tratamento de doenças, lesões e dor; promovendo exercícios e brincadeiras, além de estímulos sensoriais do tipo químico (odores, feromônios), visual (pessoas e outros animais), auditivo (controle de latidos e barulhos) e tátil (interações com animais e pessoas, carícias, massagens e escovação regular);
- Físicas e ambientais: providenciando espaço suficiente e apropriado para definir suas áreas de atividade, por exemplo: para descanso e para dormir confortavelmente, para se abrigar e se esconder ou isolar, para eliminação de fezes/urina etc; garantindo condições adequadas de sol/sombra, temperatura, umidade, ventilação, iluminação, distribuição e acesso a comedouros e bebedouros, boa higienização e desinfecção, quando for necessária;
- Comportamentais: providenciando um ambiente apropriado e companhia de animais de sua própria espécie para expressar sua vida e comportamento natural, por exemplo: definir seu território e delimitar seu espaço (áreas de atividade), construir um ninho, cuidar dos filhotes, fuçar a terra, correr, saltar, brincar, competir, socializar, etc; garantindo um bom nível de atividade e a oportunidade de escolha (preferências) e alternância dos seus comportamentos;

- Sociais: proporcionando atividades e companhia de animais e pessoas, garantindo suas preferências por viver isolado, em par ou em grupo; garantindo uma boa socialização aos filhotes de cães (3^a – 12^a semanas de vida) e aos filhotes de gatos (2^a – 8^a semanas de vida); oferecendo oportunidades de interações, modulando os conflitos e brigas, identificando a organização social (hierarquia) dentro dos canis; garantindo a presença de áreas de isolamento e de afastamento para os gatos, reconhecendo o uso do seu espaço;
- Psicológicas e cognitivas: promovendo estimulação ambiental (sensoriais), psicológica e social, incluindo, por exemplo, atividades recreativas e exploratórias, de modo a prevenir o tédio e a frustração, além de outras emoções negativas como o medo (ansiedade), tristeza (depressão), angústia, estresse, etc.; assegurando condições e tratamento que evitem sofrimento mental.

Para que um abrigo seja referência em qualidade de vida dos abrigados e assim alcancem seus objetivos, o ideal é seguir condições propostas pelo CRMV, principalmente em relação a estrutura dos abrigos:

- O local de abrigo dos animais deve sempre proporcionar conforto, segurança e proteção;
- Cada animal deve possuir uma ficha de registro, onde são anotadas todas as informações necessárias sobre o mesmo;
- Todo novo animal abrigado necessita passar por uma avaliação e caso seja necessário, receber um tratamento adequado;
- Deve haver uma área para realização de quarentena, antes do contato com outros abrigados;
- Respeitar a capacidade de lotação.

Vale ressaltar que o bem-estar dos animais deve ser constantemente avaliado, cientificamente, essa avaliação do bem-estar dos animais pode ser realizada por meio das cinco liberdades, sendo elas: liberdade nutricional, liberdade ambiental, liberdade sanitária, liberdade comportamental e liberdade psicológica (Webster, 2005) (Tabela 1).

Quadro 1. Bem-estar animal – As cinco liberdades

1. Livre de fome e sede	Acesso a água fresca e dieta balanceada
2. Livre de desconforto	Ambiente apropriado com possibilidade de abrigo e descanso
3. Livre de dor, injúria ou doença	Prevenção ou rápido diagnóstico e tratamento
4. Livre para expressar seu próprio comportamento	Espaço/ambiente adequado e enriquecido
5. Livre de medo ou estresse	Não permitir situações que causem sofrimento mental

Fonte: Guia técnico para construção e manutenção de abrigos e canis, CRMV – PR, 2016.

4.4 INSTALAÇÕES DOS ABRIGOS

4.4.1 Estrutura das instalações

Segundo Souza (2016), uma estrutura física adequada é aquela capaz de atender à rotina e proporcionar bem-estar aos animais alojados. O local escolhido não deve estar próximo de escolas, hospitais ou indústrias de alimentos, e deve contar com uma vizinhança receptiva a sua atividade.

As instalações e construções dentro dos abrigos devem ser pensadas e planejadas a fim de proporcionar conforto e segurança aos animais. Com isso, o espaço a ser ocupado pelos animais deve ser construído considerando as necessidades dos animais, por exemplo, espaço, conforto, segurança, insolação; as necessidades da equipe de trabalho e das pessoas que visitam o abrigo, a modo de garantir bem-estar, prevenir doenças, estresse, fugas e brigas (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010).

Dentre as instalações indispensáveis dentro dos abrigos podemos citar:

- Área de quarentena para abrigar os animais recém chegados, a qual deve ser distante da área dos animais saudáveis, sendo um local de preferência não acessível aos visitantes;
- Áreas próprias para fazer o tratamento e a medicação dos animais e para o preparo de sua alimentação;
- Área ampla para recreação e exercícios dos animais.

Em relação às baias de fato, o tipo recomendado varia de acordo com alguns fatores a serem analisados.

De acordo com o Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal (2010), as baias individuais, são indicadas principalmente para fêmeas gestantes ou já com filhotes, animais considerados agressivos, feridos ou em tratamento e com doenças infectocontagiosas. É indispensável que o local possua cama/estrado confortável e espaço para vasilhas com alimento e água, deve ser construído a fim de evitar entrada de sol, chuva e vento e uma área coberta para descanso que deve ser bem ventilada e iluminada além disso, de uma área aberta para banho de sol e pequenos exercícios.

As baias coletivas, de acordo com diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais da Medicina de Abrigos Brasil (2018), são indicadas para animais saudáveis e amigáveis. Assim como as individuais, devem dispor de uma área coberta e uma área aberta. As camas/estrados e vasilhas para alimentação deve ser em quantidade necessária para suprir a demanda de acordo com o número de animais alojados. Os animais só devem ser alojados em canil coletivo após cumprirem seu tempo na área de quarentena, com um mínimo de 10 dias de isolamento. É necessário que os cuidados sejam tomados para que não sejam reunidos animais incompatíveis quanto à faixa etária, porte e comportamento.

Pensando no bem-estar dos animais acolhidos, uma área de lazer se torna indispensável para que os mesmos consigam demonstrar seus comportamentos naturais e se exercitem diariamente, estimulando uma interação positiva de extrema importância para socialização e reabilitação dos resgatados (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010). Diante disso, um programa de controle de ectoparasitas e endoparasitas deve ser realizado a fim de evitar disseminação de parasitas, lembrando que somente animais saudáveis podem ser introduzidos nesta área.

4.4.2 Medidas referentes às instalações

É importante que seja seguido um Manual de Boas Práticas, contendo procedimentos de manutenção e de higiene do canil, como lavagem das baias, alimentação e outros cuidados. A padronização e a organização de procedimentos aperfeiçoam o funcionamento do canil (Souza, 2016).

- Higiene das instalações: A limpeza dos canis deve ser realizada no mínimo duas vezes ao dia. Os animais devem ser retirados das baias durante a limpeza. É importante assegurar que a limpeza não gere um ambiente

extremamente úmido, com consequente desconforto aos animais, especialmente em regiões de clima frio.

- Disposição dos alimentos: Recipientes de água podem ser coletivos e distribuídos diante toda baia, eles devem ser de material impermeável e de fácil limpeza e higienização. O alimento deve ser fornecido individualmente, de acordo com o escore corporal e as necessidades de cada animal, e em recipientes de material impermeável e de fácil limpeza e higienização, que devem ser limpos uma vez ao dia.
- Controle integrado de pragas e vetores: É essencial que haja no canil um plano integrado de combate e controle preventivo de endoparasitas, ectoparasitas e doenças infectocontagiosas.

4.5 SENCÊNCIA ANIMAL

A senciência animal trata-se da capacidade de sentir, assim como nos humanos, os diversos animais domésticos e selvagens, possuem a capacidade de experimentar diversos sentimentos, e ainda podem sofrer de forma física ou psicológica, assim como os humanos. Com o avanço das pesquisas acerca da senciência animal pudemos entender que os animais não podem mais ser considerados, tanto legalmente quanto na mentalidade pública, como objeto inanimado isento de dor e sentimento (Fernandes *et al.*, 2021).

É de extrema importância destacar que os animais possuem capacidade de percepção e de sentir conscientemente algo, tendo sensibilidade ao instinto de sobrevivência, dor, angústia, fome, sede, saudade e memória, o que infere na necessidade de consciência ética sobre o tratamento a esses seres (Diniz, 2018). Com isso, a senciência está diretamente ligada ao comportamento, visto que alguns sentimentos resultam em ações ou sinais, os quais podem exprimir a sensação do ser vivo naquele momento.

Alguns locais já consideram o tema na construção de suas legislações e colocam em pauta o valor do bem-estar animal. No Brasil, mesmo que as leis ainda não reconheçam explicitamente a senciência, são considerados aspectos essenciais da senciência animal, como garantir as necessidades fisiológicas, uso de ambientes onde possam respirar, mover-se ou descansar adequadamente ou que tenham acesso à luz natural.

Ao reconhecermos a senciência animal, entendemos que é nossa responsabilidade minimizar experiências que prejudicam os animais. Compreender a senciência animal também muda as nossas prioridades em relação à legislação sobre bem-estar animal. As proteções básicas dos animais podem proibir os maus-tratos físicos ou a violência, mas os seres sencientes exigem mais do que apenas estarem livres da dor física (World Animal Protection, 2023).

4.6 GESTÃO DE ABRIGOS

A garantia do bem-estar aos animais em abrigos está intrinsicamente interligada com a capacidade de planejamento e de organização da gestão e dos funcionários. É extremamente importante avaliar a capacidade de prover cuidados do abrigo, de acordo com seus recursos materiais, financeiros e humanos, para assegurar um nível adequado de bem-estar (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010).

Um abrigo deve atuar como multiplicador dos conceitos de bem-estar animal, guarda responsável de animais e das ações mais eficientes para o controle populacional de cães e gatos, tendo conhecimento da política pública estabelecida na cidade e das possibilidades de parceria para o desenvolvimento de melhor tratamento para os animais na sociedade. Para tanto, são necessárias capacitações periódicas de todos os profissionais que trabalham no abrigo, com vistas ao seu próprio bem-estar físico e mental e a uma interação harmoniosa com os animais. A rotina dos abrigos exige conhecimento e comprometimento dos funcionários, médicos-veterinários e administradores para programas preventivos efetivos e bons níveis de bem-estar animal (Galdioli *et al.*, 2020).

5 METODOLOGIA

O estudo foi realizado em um abrigo localizado na cidade de São Miguel do Iguaçu, no oeste do Paraná. Durante o período de pesquisa, o abrigo acolhia em torno de 40 animais. Trata-se de um abrigo independente, mantido de forma voluntária, sem vínculo governamental, cuja manutenção ocorre por meio de doações e arrecadações provenientes de eventos organizados para essa finalidade. Dentre as principais formas de arrecadação utilizadas pelo abrigo para sua manutenção, estão rifas realizadas com prêmios doados pela comunidade, bazares, bingos e vendas de plaquinhas de identificação (Beckers, comunicação pessoal, 2025).

O local conta com um recinto principal construído inicialmente para atender à demanda dos primeiros animais, e outros recintos adicionais foram estruturados posteriormente, conforme a necessidade de acomodação e manejo de novos acolhidos. Os recintos visam garantir condições mais adequadas para uma melhor qualidade de vida para todos os animais (Figura 3).

Figura 3 – Espaço externo do abrigo



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

O abrigo é administrado integralmente com base no trabalho voluntário de colaboradores, que se dedicam às atividades de manejo, alimentação e cuidados gerais. Ele visa oferecer aos animais resgatados em situação de rua ou vítimas de maus-tratos condições adequadas de acolhimento e bem-estar até que possam ser

destinados à adoção responsável. O atendimento veterinário dos animais é realizado pelo Hospital Veterinário da faculdade local, que presta assistência quando necessário, garantindo suporte clínico e contribuindo para a manutenção da saúde dos acolhidos.

A metodologia adotada neste trabalho é de natureza qualitativa, descritiva e observacional, iniciando-se com uma pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico. Em seguida, foi realizado um estudo de campo que explorou as percepções, práticas e padrões do abrigo, detalhando suas condições e características observadas.

A pesquisa procedeu-se por meio de um estudo de campo, com coleta de dados no abrigo selecionado, utilizando observação direta e conversas com os responsáveis pelo espaço. O objetivo foi reunir informações necessárias para verificar as condições atuais do abrigo e analisar a influência das características essenciais que devem estar presentes nas instalações de abrigos de animais.

Durante duas visitas ao abrigo, foram avaliados recintos, recursos disponíveis, enriquecimento ambiental, soltura externa, oferta de alimento, separação de animais saudáveis e doentes, procedimentos de higiene, realização ou não de esterilização dos abrigados e destino dos animais. O estudo revelou aspectos positivos e pontos a serem aprimorados, evidenciando que a estrutura e o manejo influenciam diretamente na qualidade de vida dos animais.

Para a apresentação dos resultados, o trabalho foi organizado de forma a contemplar os principais aspectos que compõem o funcionamento do abrigo: inicialmente a equipe responsável, seguida pela análise dos recintos, do bem-estar, do manejo sanitário, do acolhimento e destinação dos animais, e, por fim, dos elementos referentes à gestão e legalidade. Essa estrutura organizacional permitiu uma compreensão gradual e integrada do funcionamento do abrigo, relacionando seus diferentes setores às práticas de bem-estar animal e gestão institucional.

Para garantir a participação voluntária foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que assegura a permissão para o uso dos dados obtidos e a proteção de informações pessoais (Apêndice A).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das características do abrigo evidenciou a relevância de ambientes planejados para a promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida dos animais acolhidos. Aspectos como disposição dos espaços, higienização, ventilação, iluminação, áreas de isolamento, enriquecimento ambiental e protocolos de biossegurança influenciam diretamente no conforto e na reabilitação dos animais (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010). Além disso, torna-se essencial avaliar não apenas as condições estruturais, mas também a rotina de cuidados oferecida. Esses fatores, em conjunto, determinam tanto a qualidade de vida dos animais abrigados quanto a eficiência do espaço como local de acolhimento temporário.

6.1 EQUIPE

A manutenção do abrigo é conduzida por uma equipe de dez voluntários, responsáveis por atividades essenciais que envolvem limpeza dos recintos, manejo e acompanhamento dos animais, recepção, banhos, passeios e demais cuidados voltados à promoção do bem-estar físico e comportamental dos cães. As tarefas são distribuídas de acordo com a disponibilidade e afinidade de cada voluntário, permitindo que cada função seja desempenhada de forma adequada e eficiente. Nesse contexto, a limpeza dos recintos e a alimentação dos animais são majoritariamente realizadas por homens, enquanto as mulheres concentram-se na organização do abrigo, recepção dos animais e acompanhamento de sua rotina, além de outras atividades de manejo.

Essa divisão estratégica de responsabilidades assegura a execução contínua e eficiente das atividades essenciais, contribuindo de maneira direta para a qualidade de vida dos animais e para o funcionamento adequado do abrigo. De acordo com Galdioli *et al.*, (2021), ambientes limpos, seguros e organizados favorecem o bem-estar físico e psicológico dos cães, reduzindo fatores de estresse e promovendo maior previsibilidade nas rotinas diárias.

Nesse sentido, a atuação dos voluntários mostra-se essencial para minimizar os desafios enfrentados pelos abrigos, assumindo responsabilidades que envolvem desde o manejo e a organização dos espaços até a promoção de adoções

responsáveis. O comprometimento contínuo da equipe assegura que o manejo seja realizado de forma eficiente e humanizada, favorecendo a adaptação dos animais ao ambiente e estimulando comportamentos positivos (Galdioli *et al.*, 2022). Assim, a organização funcional das atividades entre os voluntários não apenas otimiza o trabalho cotidiano, mas também contribui de forma decisiva para a manutenção de um ambiente acolhedor, evidenciando a importância de uma gestão integrada e coordenada das funções no contexto de abrigos de cães.

6.2 RECINTOS

Os recintos do abrigo apresentam estrutura organizada e funcional (Figura 4), projetada para atender às necessidades físicas e comportamentais dos cães acolhidos. O conjunto dos espaços caracteriza-se por boa ventilação, iluminação natural e sombreamento proporcionado por árvores, fatores que favorecem o conforto térmico e a redução do estresse, conforme destaca Suzuki *et al.* (2025).

Figura 4 – Recinto principal do abrigo



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

O piso de concreto predomina, facilitando a limpeza e o controle de patógenos, enquanto áreas com terra e pedrinhas permitem comportamentos naturais, como cavar e rolar. As baias possuem portas, divisórias e revestimentos que garantem segurança, ventilação e conforto aos animais (Figura 5) (Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal, 2010).

Figura 5 – Detalhe das baias evidenciando a estrutura e divisórias



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A disposição dos recintos possibilita a separação dos animais conforme porte, temperamento e estado fisiológico. Há um espaço destinado à adaptação dos animais recém-chegados (Figura 6), visando oferecer um ambiente tranquilo para a redução do estresse, favorecer a avaliação inicial do estado de saúde e facilitar a integração gradual ao restante das instalações.

Figura 6 – Recinto destinado à adaptação de animais recém-chegados



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Existe uma área destinada exclusivamente à separação de animais de grande porte, projetada para proporcionar segurança, facilitar o manejo e evitar interações que possam gerar estresse ou acidentes, assegurando condições adequadas de bem-estar durante o período de alojamento (Figura 7).

Figura 7 – Recinto destinado a cães de grande porte



Fonte: Arquivo pessoal, 2025

O local dispõe de um espaço destinado para o recolhimento noturno, especialmente voltado aos animais que permanecem soltos nas áreas externas durante o dia, oferecendo um ambiente seguro para descanso durante o período noturno (Figura 8).

Figura 8 – Espaço destinado ao uso noturno dos cães



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Além disso, o abrigo dispõe de uma área destinada exclusivamente às fêmeas e suas ninhadas, garantindo condições apropriadas de segurança, bem-estar e privacidade, essenciais para o cuidado materno e para o crescimento adequado dos neonatos (Figura 9).

Figura 9 – Recinto destinado a cadelas gestantes e suas ninhadas



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

De modo geral, a estrutura e a diversidade dos recintos demonstram a preocupação do abrigo em promover um ambiente seguro, limpo e equilibrado, que favorece a socialização e o bem-estar dos animais, ainda que dentro das limitações de um projeto mantido por voluntariado (Instituto MVC, 2023). De acordo com Galdioli *et al.* (2021), é essencial que a estrutura seja planejada para atender às necessidades físicas e comportamentais dos animais, garantindo acolhimento e bem-estar.

6.3 BEM-ESTAR E MANEJO

A promoção do bem-estar dos animais abrigados depende não apenas das condições físicas dos recintos, mas também de práticas adequadas de manejo. Alimentação adequada, acesso contínuo a água limpa, enriquecimento ambiental, socialização controlada, acompanhamento veterinário e estratégias de conforto, são fundamentais para garantir saúde física e comportamental (Shelter Medicine, 2020; Asher *et al.*, 2021). O manejo cuidadoso inclui ainda a observação de sinais de estresse, adaptação gradual a novos espaços e a implementação de protocolos de higiene e biossegurança. Isso assegura que os animais possam expressar comportamentos naturais e vivenciar experiências positivas durante sua permanência no abrigo (One Welfare, 2022).

6.3.1 Enriquecimento ambiental

O enriquecimento ambiental é uma estratégia essencial para promover o bem-estar físico e comportamental dos animais abrigados. Permite que os mesmos expressem comportamentos naturais, reduzindo o estresse associado à permanência em recintos confinados (Asher *et al.*, 2021).

Durante as visitas ao abrigo e em conversas com os responsáveis pelo manejo dos animais, foi possível observar as estratégias de enriquecimento destinadas a promover o bem-estar físico e comportamental dos cães. Além de a própria estrutura dos recintos permitir a expressão de alguns comportamentos naturais, socialização e brincadeiras entre os animais, também são fornecidos estímulos complementares e brinquedos.

Entre os recursos observados, destacam-se pneus amarrados a árvores, garrafas PET e galões, bolas para morder e se divertir. Ainda, em alguns dias mais quentes, uma piscina plástica é disponibilizada aos animais sob supervisão dos voluntários (Figura 10).

Figura 10 – Enriquecimentos fornecidos aos animais



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

O estímulo direto por meio de brincadeiras e interações com os animais é uma prática constante na rotina do abrigo, promovendo exercício físico, socialização e redução do estresse. Aos domingos, ocorre a soltura supervisionada em área aberta. Essa prática, segundo Souza (2016), constitui uma forma de enriquecimento ambiental adicional e contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida dos animais.

A socialização dos animais ocorre tanto nos recintos quanto pela interação com voluntários, promovendo comportamentos naturais, redução do estresse e adaptação. Brincadeiras supervisionadas e estímulos diários contribuem para confiança e diminuição de comportamentos agressivos ou ansiosos, evidenciando a importância do manejo comportamental aliado ao enriquecimento ambiental (Shelter Medicine, 2020; Asher *et al.*, 2021; One Welfare, 2022).

6.3.2 Manejo alimentar

A alimentação dos animais abrigados é realizada exclusivamente com rações, fornecidas duas vezes ao dia, pela manhã e à tarde, mantendo uma rotina aproximada que favorece a adaptação dos cães ao ambiente. A hidratação acompanha o mesmo cronograma, recebendo atenção constante ao longo do dia, garantindo que água limpa e fresca esteja sempre disponível nos recintos.

Os sacos de ração são armazenados em local fechado, protegido da umidade e do sol e elevados do piso (Figura 11). Esses cuidados visam à preservação da qualidade do alimento, prevenindo contaminações por insetos ou roedores, e contribuem para a organização do abrigo.

Figura 11 – Espaço de armazenamento dos sacos de ração dos cães



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Após o fornecimento do alimento, os voluntários monitoram os cães, assegurando que todos se alimentem adequadamente e identificando possíveis

conflitos. Essa observação é fundamental para detectar comportamentos competitivos, prevenir brigas e monitorar alterações no consumo, contribuindo para a manutenção da saúde e do bem-estar dos animais (Hennessy *et al.*, 1997; Lindsay, 2001).

Segundo Saad e França (2010), fatores relacionados ao rendimento e à manutenção nutricional incluem a frequência correta de alimentação, a rotina de horários das refeições e o método de disponibilização do alimento. Dessa forma, a combinação de rotina alimentar estruturada, armazenamento adequado e supervisão próxima durante as refeições constitui uma prática essencial para o bem-estar dos animais, promovendo comportamentos equilibrados, prevenindo conflitos e mantendo sua saúde física e psicológica no contexto de abrigos.

6.3.3 Separação de animais sadios e doentes

No abrigo estudado, não há um espaço específico destinado à separação de animais doentes dentro das instalações. No entanto, quando algum animal apresenta sinais clínicos de doença, ele é rapidamente encaminhado ao hospital veterinário, que presta assistência regular ao abrigo. Nesse local, o animal recebe internação e tratamento adequados, permanecendo isolado dos demais para evitar a transmissão de doenças.

Do ponto de vista do bem-estar animal, a rápida identificação e o isolamento dos animais doentes permitem que eles recebam tratamento especializado, evitando sofrimento desnecessário e promovendo recuperação eficiente. Além disso, a reintegração segura ao abrigo, após resolução clínica, garante que os animais retomem a convivência com seus pares sem colocar outros em risco, preservando a estabilidade social e comportamental do grupo.

De acordo com Arruda *et al.* (2019), as áreas de quarentena, isolamento e de animais sadios são áreas básicas e fundamentais para abrigos. A separação de animais sadios e doentes é uma prática essencial para prevenir a transmissão de doenças e garantir o bem-estar de todos os animais no abrigo. Dito isso, ainda que o abrigo não disponha fisicamente de uma ala exclusiva para isolamento, a prática de encaminhar animais doentes para atendimento veterinário externo cumpre a função de quarentena, evidenciando a importância de estratégias de manejo que integrem saúde, prevenção de doenças e bem-estar animal.

6.3.4 Esterilização cirúrgica

Um dos procedimentos essenciais realizados no abrigo é a castração dos animais, contribuindo em diversos fatores. É essencial não apenas para o controle populacional, mas também para a promoção do bem-estar físico e comportamental dos cães. Na maioria dos casos, a esterilização é realizada por meio de parcerias com hospitais ou clínicas veterinárias, custeada pelo abrigo ou por programas públicos. O procedimento inclui cuidados pré e pós-operatórios, garantindo segurança, recuperação adequada e minimizando o sofrimento do animal.

A esterilização cirúrgica é o método mais eficaz para o controle populacional de canis e da população canina em geral. Além de prevenir nascimentos indesejados, promove convívio social equilibrado, reduz conflitos e contribui para a saúde dos animais, prevenindo doenças reprodutivas e tumores, melhorando a longevidade e a qualidade de vida dos cães (Haughie, 2011).

No contexto de abrigos, a castração vai além do controle populacional, integrando-se a estratégias de manejo sanitário e comportamental. Animais castrados apresentam menor agressividade, redução da marcação de território e menor risco de fugas, favorecendo a socialização e o bem-estar físico e psicológico. Atualmente, a maior parte dos cães acolhidos já se encontra castrada, e aqueles que ainda não passaram pelo procedimento têm sua esterilização programada, seguindo o cronograma de parcerias do abrigo. Nesse contexto, a castração se configura como uma prática essencial para a saúde, equilíbrio comportamental e qualidade de vida dos animais, contribuindo também para a sustentabilidade das atividades do abrigo (American Veterinary Medical Association, 2024).

6.4 MANEJO SANITÁRIO

A manutenção da higiene em abrigos é essencial para garantir a saúde dos cães, prevenir doenças e proporcionar um ambiente seguro e confortável. No abrigo estudado, a limpeza é realizada diariamente pelos voluntários, incluindo varredura, coleta de fezes e lavagem com água e detergente neutro, evitando o acúmulo de sujeira e odores. A higienização das baias, cobertores e recipientes de água e ração ocorre regularmente, com troca diária da água e lavagem dos potes após cada refeição, prevenindo contaminações.

De acordo com Nunes (2011), a limpeza adequada das instalações é fundamental para prevenir doenças infecciosas, e Oliveira (2019) destaca que o uso correto de produtos de higienização reduz a carga microbiana. A Organização Mundial de Saúde Animal recomenda medidas de controle sanitário contínuas, como manejo adequado, vacinação e higiene sistemática. Embora o abrigo não utilize produtos específicos contra pragas, adota práticas preventivas, como limpeza diária, coleiras repelentes, banhos periódicos e tratamento antiparasitário.

Apesar dos bons resultados, ainda há possibilidade de aprimoramento por meio da padronização dos protocolos de limpeza e controle de pragas, o que ampliaria a proteção sanitária e o bem-estar dos animais (Iagro, 2015). Para a desinfecção, recomenda-se o uso de desinfetantes de amplo espectro eficazes contra bactérias, vírus e fungos, como compostos à base de amônias quaternárias, hipoclorito de sódio ou peróxido de hidrogênio acelerado, aplicados após a limpeza prévia e respeitando o tempo de contato indicado pelo fabricante.

6.5 ACOLHIMENTO E DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS

6.5.1 Acolhimento e entrada dos abrigados

Os animais recebidos pelo abrigo são, predominantemente, resgatados em situações de rua críticas ou vítimas de maus-tratos, frequentemente com o apoio de órgãos de fiscalização, como a polícia. Desde o momento da admissão, é fundamental que cada animal seja acompanhado por equipe técnica, com registro individual de seu histórico e necessidades.

Antes de serem direcionados aos recintos do abrigo, todos os animais passam pelo hospital veterinário parceiro, onde são realizadas as fichas de cadastro, triagem clínica, consultas iniciais e dado início ao protocolo de vacinação. De acordo com Umees (2020), todos os novos animais devem passar por uma avaliação médico-veterinária inicial, determinando seu estado de saúde e para qual espaço do abrigo será colocado a seguir. Após esse processo, os animais passam por um período de adaptação, durante o qual recebem contato gradual com os demais cães abrigados, permitindo integração segura e reduzindo o estresse associado à mudança de ambiente.

Essas ações asseguram a avaliação individual de cada animal quanto à sua saúde, comportamento e necessidades específicas, permitindo que sua inclusão no abrigo ocorra de forma segura e organizada. Além disso, garante que as decisões quanto ao manejo, ao espaço ocupado e às interações sociais sejam planejadas de acordo com o bem-estar físico e comportamental de cada indivíduo, promovendo uma adaptação gradual e reduzindo o estresse associado à transição para o novo ambiente (Arruda *et al.*, 2020).

6.5.2 Adoção, destinação e saída dos animais

A destinação dos animais ocorre prioritariamente por meio da adoção responsável, buscando famílias que possam oferecer cuidado contínuo e adequado. A principal forma de encontro dessas famílias é durante as feiras de adoção organizadas pelos responsáveis do abrigo, realizadas em torno de três vezes ao ano, onde são adotados uma média de 5 a 10 animais por feira.

Além de garantir cuidados veterinários e o bem-estar dos animais, os abrigos podem desenvolver programas de adoção juntamente com ações educativas sobre guarda responsável. Isso visa a recolocação dos animais em lares definitivos sempre que possível (Umees, 2020).

Quando um adotante demonstra interesse, é realizada uma avaliação de seu perfil, incluindo orientações sobre manejo, alimentação, vacinação e cuidados preventivos. Isso garante que os cães sejam encaminhados a ambientes seguros que preservem seu bem-estar físico e comportamental.

Assim que o animal é oficialmente adotado, os novos responsáveis assinam um termo de responsabilidade, elaborado com auxílio de um advogado, no qual se comprometem a garantir cuidados adequados e respeito ao bem-estar do animal. De acordo com Dorigo *et al.* (2024), a guarda responsável implica que o tutor assegure o bem-estar, a saúde e a segurança do animal sob seus cuidados, oferecendo alimentação adequada, abrigo, assistência veterinária e atenção afetiva. Trata-se de um compromisso que exige responsabilidade, dedicação e respeito às necessidades e liberdades do animal.

O adotante recebe a carteirinha de vacinação e deve manter o protocolo vacinal. Caso as condições estipuladas sejam descumpridas o adotante pode ter o

animal retirado de seus cuidados e responder legalmente pela situação. Os voluntários acompanham o pós-adoção, monitorando adaptação, comportamento, alimentação, cuidados veterinários e bem-estar, considerando que, segundo Umees (2020), o lar definitivo deve ser seguro e acolhedor, garantindo o desenvolvimento e a manutenção da saúde física e emocional dos animais.

6.6 GESTÃO E LEGALIDADE

Por se tratar de um projeto independente, sem vínculo governamental, o abrigo funciona de forma totalmente voluntária, contando com colaboradores responsáveis pelo manejo, alimentação, limpeza, acolhimento e socialização dos animais. Embora nem todos os trâmites legais de abrigos institucionais sejam plenamente seguidos devido às limitações financeiras, a adesão a protocolos legais e éticos permanece essencial para o funcionamento do espaço e a atuação dos voluntários (Galdioli, 2022).

O abrigo fundamenta suas ações na legislação vigente de proteção animal, destacando-se a Lei nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais, que prevê sanções para atos de abuso, maus-tratos, ferimentos ou mutilações contra animais silvestres, domésticos ou exóticos. A observância dessa norma, aliada a outras diretrizes de bem-estar animal, orienta as práticas da instituição, desde o acolhimento e manejo diário até a adoção responsável, assegurando que todas as ações sejam conduzidas de maneira ética e segura.

É fundamental que todo abrigo possua planejamento e gestão estruturada, a fim de cumprir seu principal propósito: ser uma casa de passagem que assegure qualidade de vida aos animais abrigados. De acordo com Galdioli (2022), diretrizes claras e uma gestão eficiente proporcionam estabilidade organizacional, garantindo que todos os envolvidos atuem com objetivos comuns e alinhados.

Após visitas ao local e acompanhamento da rotina, fica evidente que a equipe voluntária adota princípios sólidos de responsabilidade social e ética, assegurando que, mesmo na ausência de exigência legal direta em alguns casos, sejam respeitados o bem-estar físico e comportamental dos animais. Dessa forma, embora opere de modo independente, o abrigo busca manter conformidade com normas legais e padrões éticos de proteção animal, o que contribui para a qualidade do cuidado oferecido e para a promoção qualidade de vida aos acolhidos.

Essa organização confere credibilidade à instituição e assegura a prestação de serviços de qualidade. Além disso, uma gestão bem estruturada, ajustada à capacidade de atendimento do abrigo, favorece o bem-estar dos animais, reduz o tempo de permanência e previne a sobrecarga e o desgaste físico e mental dos voluntários (Galdioli, 2022).

7 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se afirmar que as características das instalações de abrigos de animais são fundamentais para o bem-estar, saúde física e equilíbrio comportamental dos cães acolhidos. Entretanto, mais do que a infraestrutura em si, é a forma como os espaços são organizados, mantidos e combinados a práticas adequadas de manejo que define a eficiência do abrigo em cumprir sua função social e humanitária, o sucesso de um abrigo vai além da estrutura, depende de ética, cuidado e compromisso. Nesse contexto, a equipe voluntária desempenha papel indispensável, e o apoio de serviços veterinários parceiros, eventos de arrecadação e programas de castração e adoção responsável contribuem para superar limitações estruturais e financeiras, promovendo um ambiente mais saudável, seguro e sustentável.

Assim, as características relevantes de um abrigo envolvem a integração entre infraestrutura adequada, protocolos de manejo, gestão responsável e comprometimento ético da equipe voluntária. A experiência analisada evidencia que boas práticas de manejo, aliadas à dedicação e sensibilidade humana, garantem não apenas abrigo, mas dignidade, cuidado e qualidade de vida aos animais. Apesar dos desafios enfrentados por muitos abrigos, iniciativas voluntárias como a observada representam pilares essenciais para a promoção do bem-estar animal e refletem avanços significativos na construção de uma sociedade mais ética e consciente.

De forma geral, as análises realizadas permitiram compreender de maneira ampla o funcionamento do abrigo estudado, suas condições estruturais e seus reflexos sobre os animais acolhidos, além de possibilitar a elaboração de sugestões alinhadas às necessidades observadas. Esses elementos reforçam que a articulação entre estrutura adequada, manejo responsável e comprometimento humano constitui a base para promover bem-estar e qualidade de vida aos animais abrigados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana et al. Abandono de cães na América Latina: revisão de literatura. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**. São Paulo, v. 11, n. 2 (2013), p. 34 – 41, 2013.
- AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **Spaying and neutering**. [S.l.]: AVMA, 2024. Disponível em: <https://www.avma.org/resources-tools/pet-owners/petcare/spaying-and-neutering>. Acesso em: 10 out. 2025.
- ARRUDA, E. C. et al. **Características relevantes das instalações e da gestão de abrigos públicos de animais no estado do Paraná, Brasil, para o bem-estar animal**. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v.71, n.1, p.232-242, 2019.
- ARRUDA, E. C., GARCIA, R. C. M., & OLIVEIRA, S. T. (2020). **Bem-estar dos cães de abrigos municipais no estado do Paraná, Brasil, segundo o protocolo Shelter Quality**. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, 72(6), 2020.
- ASHER, L. et al. Environmental enrichment and stress reduction in shelter dogs. **Applied Animal Behaviour Science**, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0168159121000022>. Acesso em: 21 set. 2025.
- BISPO, D. et al. Do fato social ao problema político: Análise da percepção de protetores e atores públicos sobre os animais de rua em três municípios do Rio Grande do Norte. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 8, p. 1-22, 2017. Issn: 2177-1243. 2017
- BRASIL. Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 13. Fev. 1998, Seção 1, p. 1.
- BROOM, D.; FRASER, A. **Domestic Animal Behaviour and Welfare**. Wallinford: CAB international, v. 4, n. 1, p. 450, 2007
- CANATTO, B. D.; SILVA, E. A.; BERNARDI, F.; MENDES, M. C. N. C.; PARANHOS, N. T.; DIAS, R. A. **Caracterização demográfica das populações de cães e gatos supervisionados do município de São Paulo**. Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 64, n. 6, p. 1515-1523, 2012.
- CEBALLOS, M. C. et al. **Bem-estar animal em abrigos: princípios e boas práticas**. 1. ed. São Paulo: ANDA, 2017.
- DINIZ, M. H. Ato de crueldade ou de maus-tratos contra animais: um crime ambiental. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 13, n. 1, p. 96-119, 2018.
- DORIGO, H. K. M.; FRANCO, R. W.; MELO, E. H. de. **Proteção animal no âmbito da legislação brasileira**. *RevistaFT*, v. 29, ed. 140, nov. 2024. DOI: 10.69849/revistaft/ar10202411101344. Disponível em: <https://revistaft.com.br/protecao-animal-no-ambito-da-legislacao-brasileira>. Acesso em: 02 out. 2025.

FERNANDES, GTM; Dias, IS; de OLIVEIRA, TAJ; de CASTRO, LM; SOARES, GM. Conscientização sobre Bem-Estar Animal e Guarda Responsável em escola de Educação Fundamental localizada na Região Sul-Fluminense do estado do Rio de Janeiro. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**. 2021 Jan./Jun.; 11 (1): 28-30.

FÓRUM NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA ANIMAL. **Bem estar animal em abrigos de cães e gatos**, 2010. Disponível em: <<http://www.agrarias.ufpr.br>>. Acesso em: 12/08/2024.

GALDIOLI, L. **Avaliação da gestão de abrigos e situação imunológica dos animais**. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/77463/R%20-%20D%20-%20LUCAS%20GALDIOLI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/10/2025.

GALDIOLI, L.; FERRAZ, C. P.; LIMA, L. C. F.; GARCIA, R. C. M. Medicina de abrigos – desafios e avanços no Brasil. **Revista Clínica Veterinária**, v. 144, p. 28-34, 2020.

GALDIOLI, L.; POLATO, H. Z.; MAUSSON, L. F. T.; FERRAZ, C. P.; GARCIA, R. de C. **Guia introdutório de bem-estar e comportamento de cães e gatos para gestores e funcionários de abrigos**. Curitiba: MVC, 2021.

GALDIOLI, L; ROCHA, Y. S. G.; GARCIA, R. C. M. Perfil dos abrigos de cães e gatos brasileiros quanto às políticas externas e internas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e48111932253, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.32253>.

GRISOLIO, A. P. R.; PICINATO, M. A. de C.; NUNES, J. O. R.; CARVALHO, A. A. B. O comportamento de cães e gatos: sua importância para a saúde pública. **Revista de Ciência Veterinária e Saúde Pública**, v. 4, n. 1, p. 117-126, 2017.

HAUGHIE, A. Early-age neutering – a veterinary perspective concentrating on cats (with some reference to dogs), World Society for the Protection of Animals, 2011.

HENNESSY, M. B.; DAVIS, H. N.; WILLIAMS, M. T.; MELLOTT, C.; DOUGLAS, C. W. Plasma cortisol levels of dogs at a county animal shelter. *Physiology & Behavior*, v. 62, n. 3, p. 485–490, 1997. [https://doi.org/10.1016/S0031-9384\(97\)00003-6](https://doi.org/10.1016/S0031-9384(97)00003-6)

HUBRECHT, R. C. *The Welfare of Dogs*. Dordrecht: Springer, 2014.

IAGRO. **Câmara setorial do Mapa debate orientações da OIE para população canina**. Publicado:3/dezembro/2015. Disponível em:< <https://www.iagro.ms.gov.br>>. Acesso em: 08 de out. 2025.

INSTITUTO MVC. **Comportamento Animal em Abrigo**. 2023. Disponível em: <https://www.institutomvc.org.br/site/comportamento-animal-em-abrigo/>. Acesso em: 04 out. 2025.

INSTITUTO PREMIER PET. **Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais**. 2023. Disponível em: <https://premierpet.com.br/wp->

content/uploads/2023/02/shelter_medicine-diretrizes-instituto-compactado.pdf.
Acesso em: 21 set. 2025.

LINDSAY, S. R. (2001). **Handbook of Applied Dog Behavior and Training**.

MEDICINA DE ABRIGOS BRASIL. Diretrizes sobre os padrões de cuidados em abrigos de animais. 1. ed. São Paulo: PremieRpet, 2018.

MY AFFINITY. **Os motivos por trás do abandono de um animal de estimação**. 2010. Affinity Petcare.

NUNES, I. C. C. Hipótese da Higiene: persistir é preciso! **Rev. bras. alerg. imunopatol**, v. 34., n.2, 2011.

OLIVEIRA, A.B.; LOURENÇÃO, C.; BELIZARIO, G. D. Índice estatístico de animais domésticos resgatados da rua vs adoção. **Revista Dimensão Acadêmica**, v. 1, n. 2, p. 6- 9, 2016.

OLIVEIRA, F. E. GOMES, L. **Centro de abrigo para animais abandonados**. UNIFACIG: Arquitetura e Urbanismo, 2019.

ONE WELFARE. **One welfare in animal shelters: promoting welfare through management and care**. Today's Veterinary Nurse, 2022. Disponível em: <https://todaysveterinarynurse.com/behavior/one-welfare-in-animal-shelters/>. Acesso em: 21 set. 2025.

OURIQUES, Joana Reckziegel; **BEM ESTAR ANIMAL: Um abrigo para cães e gatos vítimas de maus-tratos e abandono em Florianópolis**, 2018.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires. Guarda responsável e dignidade dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**. v. 1, n.1, jan., Salvador: Instituto de Abolicionismo Animal, 2006.

SHELTER MEDICINE. **Enrichment and human interaction can reduce fear and aggression in shelter dogs**. University of Florida, 2020. Disponível em: <https://sheltermedicine.vetmed.ufl.edu/2020/01/28/enrichment-and-human-interaction-can-reduce-fear-aggression-in-shelter-dogs/>. Acesso em: 21 set. 2025.

SOUZA, Felipe Pohl. **GUIA TÉCNICO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS E CANIS | CRMV-PR**. 2016

STAFFORD, K. The Welfare of Dogs. The Netherlands. Springer. 2007. UNESCO. **Declaração dos direitos dos animais**, de 27 de janeiro de 1978. Disponível em: http://www.forumnacional.com.br/declaracao_universal_dos_direitos_dos_animais.pdf. Acesso em: 19 de agosto de 2024.

SUZUKI, E. A. et al. **Conforto térmico em abrigos transitórios no Brasil**. In: ENCAC 2025 — Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído. ANTAC, 2025. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/encac/article/view/7316>. Acesso em: 12 out. 2025.

UMEES. E-book: **Bem-estar animal em abrigos**. Projeto de extensão Manejo Populacional de Cães e Gatos e da Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde – MPCG-UMEES UFPR. Curitiba: Medicina Veterinária do Coletivo (UFPR), 2020.

WEBSTER J. 2005. Animal Welfare - limping towards eden. Oxford: Blackwell Publishing Ltd.

WORLD ANIMAL PROTECTION, Senciência animal, 2023. Disponível em: <<https://www.worldanimalprotection.org.br/o-que-nos-fazemos/senciencia-animal/>>. Acesso em: 09 de set. de 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa **CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DAS INSTALAÇÕES DE ABRIGOS DE ANIMAIS**, sob a responsabilidade do/a pesquisador/a Maria Antônia Domingues Schwab, a qual pretende verificar as características essenciais para promover saúde e bem-estar dos animais que convivem em abrigos no noroeste do Paraná, buscando-se descrever a necessidade e a importância de um centro de apoio adequado à causa animal para proporcionar a eles condições de uma vida digna. Sua participação é voluntária e se dará por meio de auxílio com respostas ao questionário realizado e a disponibilidade de visitas ao local. Se o/a Sr (a) aceitar participar, as respostas obtidas por esta pesquisa poderão contribuir para melhor compreensão da importância das características das instalações dos abrigos para uma melhor qualidade de vida dos animais.

Se depois de consentir a sua participação o/a Sr. (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

O/a Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração referente a esta pesquisa. Entretanto, caso o/a Sr. (a) tenha alguma despesa decorrente desta pesquisa será totalmente ressarcido/a pelo pesquisador/a responsável. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, uma vez que será guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o/a pesquisador/a pelo e-mail: xxxxxxxxxxxx@icloud.com ou pelo telefone (xx) xxxxx-xxxx

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado sobre o que o/a pesquisador/a quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias originais, as quais serão assinadas por mim e pelo/a pesquisador/a, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do/da participante da pesquisa

Assinatura do Pesquisador responsável

Data: ____/____/____